



IV Simpósio Internacional de **Acolhimento Familiar**

Campinas/SP – 20 a 23 de março de 2023

Apresentação oral - resumo

Realização



UNICAMP



INSTITUTO
Geração Amanhã



Experiência de famílias acolhedoras da cidade São Paulo em um contexto de transformação

Neto Picanço de Figueiredo

Mariana Prioli Cordeiro

Introdução: O Acolhimento Familiar (ofertado pelo Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora) é uma das medidas protetivas de acolhimento de crianças e adolescentes previstas para as decisões judiciais de afastamento do convívio familiar, geralmente ocasionado pela ocorrência, isolada ou conjuntamente, de maus-tratos, negligência, violência doméstica ou abandono. No Brasil, a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, promove uma significativa mudança na concepção de promoção, proteção e garantia de direitos de crianças e adolescentes, impactando significativamente as medidas protetivas de acolhimento. Alterado pela Lei 12.010/2009, atualmente, o ECA define acolhimento familiar e institucional como “[...] medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.” (BRASIL, 1990, art. 101, § 1º). Além disso, após aprovação da referida Lei, o acolhimento familiar passou a ser reconhecido como prioritário em relação ao institucional. Apesar desse reconhecimento atualmente, aproximadamente 95% das crianças e adolescentes acolhidos no país estão em serviços institucionais e apenas 5% estão em famílias acolhedoras (CNJ, 2022). Diversos fatores contribuem para essa diferença: a cultura de institucionalização como forma primordial de cuidado para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade; a recente consolidação da assistência social como um direito universal, o recente reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos; a insuficiência de esforços políticos para a concretização de abertura de serviços de acolhimento familiar; os requisitos necessários para iniciar cada modalidade de acolhimento; dentre outros. Mesmo diante dessas dificuldades, nos últimos anos, houve uma pequena “revolução” nos Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora (SFA) na cidade São Paulo. Até 2016, algumas experiências ao longo do século XXI foram realizadas, mas nenhuma consolidou um serviço de acolhimento familiar na política de Assistência Social da cidade. Os anos seguintes, marcaram o começo da mudança, mas até 2019, havia apenas 03 (três) SFAs em funcionamento. Atualmente, após a abertura de editais para a parceria entre a Prefeitura da cidade e Organização da Sociedade Civil, 07 (sete) serviços estão em execução e com a perspectiva de criação de mais 03 serviços até 2024 (São Paulo, 2022). Esse aumento também ocorreu na quantidade de



famílias acolhedoras habilitadas, que em 2019 não atingiam 20 famílias, ao passo que no final de 2021, eram mais de 60 famílias habilitadas para o acolhimento. Como as transformações dos últimos anos têm impactado a política de acolhimento de crianças e adolescentes na cidade e, mais, especificamente o acolhimento familiar? É inegável a intensificação da utilização de ferramentas virtuais pelos atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) e, assim, nesse período houve maior divulgação da informação sobre o tema, com reportagens, publicidade e ampliação da comunicação por meios digitais (lives e encontros virtuais). Além disso, diversos órgãos do SGD (CNJ, CNMP, SNAS) também realizaram ações o intuito de priorizar do acolhimento familiar; houve a ampliação na organização da sociedade civil para a produção de materiais informativos quanto para promover formações para profissionais e famílias acolhedoras, visando a ampliação dos serviços de família acolhedora. Ainda devemos considerar que a partir de 2020, a cidade de São Paulo, o Brasil e mundo foram atingidos pela pandemia de Covid 19, um evento trágico cujos impactos ainda não são totalmente identificáveis (MATTA et al, 2021). Como efeito, produziram respostas em âmbito nacional (Recomendação Conjunta nº1/2020; Portaria SNAS nº 59/2020) e municipal (Nota Técnica nº 01/SMADS/202) que repercutiram nas medidas de acolhimento para crianças e adolescentes, priorizando o atendimento em famílias acolhedoras. Esses processos ainda estão em andamento, mas a elevação do número de famílias acolhedoras na cidade de São Paulo levanta uma série de importantes questões, como: Como esse período tem repercutido e repercutirá para alavancar o acolhimento familiar na cidade de São Paulo? Estamos vivendo o início de um processo de transição definitiva do modelo institucional para o familiar? Como as pessoas/famílias vivenciaram e vivenciam esse processo do acolhimento familiar? Como a convivência no período da pandemia impactou sua ação como Família Acolhedora? As dificuldades mais significativas vivenciadas para seleção e formação das famílias acolhedoras ainda são as mesmas? Mobilizado por essas questões, esse trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa de mestrado (ainda em curso). Mais especificamente, esse trabalho resulta de uma pesquisa pautada pelo seguinte objetivo: **Objetivo:** Analisar como as famílias acolhedoras e ex-famílias acolhedoras vivenciam suas experiências do acolhimento familiar no atual contexto de aumento de Serviços de Acolhimento em Família Acolhedora da cidade de São Paulo. **Método:** A fim de atingir os objetivos delimitados, esse trabalho tem sido desenvolvido em 02 etapas interdependentes: a primeira envolve o levantamento bibliográfico da temática da pesquisa e a análise documental (Leis, Resoluções, Portarias, Orientações técnicas, Cadernos, Censos e etc.). A segunda é a realização de entrevistas com indivíduos e/ou famílias cadastradas pelos Serviços de Acolhimento Familiar da cidade



de São Paulo, inclusive àquelas/es que deixaram de ser após vivenciarem o acolhimento familiar. O levantamento bibliográfico tem o intuito de explorar as perspectivas abordadas sobre o tema, contextualizar historicamente a pesquisa, fundamentando-a teoricamente, bem como embasar as análises das entrevistas a serem realizadas. Para tanto, têm sido utilizadas, preferencialmente, bases de dados virtuais, como a Scientific Electronic Library Online (SciELO) (www.scielo.br) e o banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A segunda etapa da pesquisa envolve a realização de entrevistas semiestruturadas com indivíduos e/ou famílias habilitadas para o acolhimento de crianças e adolescentes (tanto com aquelas que estão acolhendo no momento quanto com as que deixaram de ser famílias acolhedoras após a experiência de acolhimento). A partir da perspectiva de Aragaki, Lima, Pereira e Nascimento (2014), entendemos entrevistas semi-estruturadas como momentos de negociação de sentidos entre os envolvidos, que produzem desafios e transformações das opiniões do/a pesquisador/a e do/a entrevistado/a. A efetivação da execução dos Serviços de Acolhimento Familiar envolve diversas/os atrizes/atores e a realização de muitas ações. Assim a fim de ampliar a compreensão do processo de implementação dessa modalidade de acolhimento que na cidade de São Paulo, serão, também, entrevistadas/os gestoras/es dos SFAs. Afinal, considera-se que elas/es podem transmitir uma visão contextualizada sobre o referido processo, possibilitando aprofundar o entendimento da implementação e do funcionamento dos SFAs. A análise do material produzido tomará as perspectivas construcionistas da Psicologia Social como lentes para contemplar a complexidade do fenômeno estudado. **Resultados:** A pesquisa está em andamento e, até o momento, foram realizadas duas entrevistas. Apesar do processo de análise ainda estar em curso, alguns resultados se destacaram tais como a apreensão de que o impacto do acolhimento familiar não se restringe a criança/adolescentes acolhida/o e a hipótese de que uma das razões de haver poucas famílias acolhedoras decorre do fato de que a população, em geral, não quer abrir mão de seu tempo e de suas relações cotidianas para assumir as responsabilidades do acolhimento de crianças e adolescentes. **Conclusões:** Os resultados parciais desta pesquisa ainda em andamento permitem concluir que o impacto do acolhimento familiar não se restringe a criança/adolescentes acolhida/o, pois as transformações também abrangeriam as famílias de origem, as pessoas de convivência da família acolhedora, as eventuais famílias por adoção entre outras. Com relação a hipótese apresentada sobre poucas famílias acolhedoras, pode-se concluir, preliminarmente, que a indisponibilidade para assumir as responsabilidades decorrentes do acolhimento familiar, incidiria principalmente na baixa resposta aos convites que os Serviços fazem para palestras iniciais de apresentação sobre o tema.



Referências

ARAGAKI, S. S.; LIMA, M. L. C.; NASCIMENTO, V. L. V.; PEREIRA, C. C. Q. Entrevistas: Negociando sentidos e coproduzindo versões de realidade. In: SPINK, M. J. P. et al. A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2014.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. CNJ - Conselho Nacional de Justiça. Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – Painel de Acompanhamento, Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall>. Acesso em: 29 set. 2022.

MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., SEGATA, J., (Ed.). A Covid-19 no Brasil e as Várias Faces da Pandemia: apresentação. In: Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021, pp. 15-24.

SÃO PAULO. Prefeitura da Cidade de São Paulo Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030: Plano de Ação 2021-2024, 2022. 80p. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/governo/10101112.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022